

3.

Aspectos Simbólicos e Culturais do Trabalho Infantil no Brasil

Neste capítulo abordaremos os aspectos simbólicos e culturais da questão do trabalho infantil, pois acreditamos que esta dimensão também deve ser considerada no entendimento do fenômeno no Brasil.

Historicamente, o trabalho infantil no Brasil não representava um fenômeno negativo na mentalidade da sociedade brasileira. Segundo documentos⁶, até a década de 1980 observa-se um consenso no entendimento do trabalho como sendo um fator positivo para as crianças que viviam em situação de pobreza e risco social. Assim, grande parte da população compartilhava desta maneira de entender o trabalho infantil. Para os ricos, o trabalho infantil era visto como uma medida de prevenção e para os pobres como uma maneira de sobreviver. Desta forma, mesmo que por razões diferentes todos de uma maneira geral, concordavam que lugar de criança pobre era no trabalho.

A criança que trabalhava era vista como um bom exemplo, enquanto que a criança desocupada era reconhecida como um problema. A mídia, por sua vez, colocava os casos de crianças e adolescentes trabalhadores como um exemplo de virtude, seriedade e dedicação. De outro lado, colocava toda a negatividade nas crianças e adolescentes pegos na rua ou cometendo delitos. Esses mitos culturais a respeito do trabalho infantil de certa forma direcionaram as ações públicas para crianças e adolescentes trabalhadores. O Código do Menor, por exemplo, que só foi revogado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA em 1990, entendia o menor que não estudava ou trabalhava como um potencial delinqüente, e desta forma, a ação do Estado deveria concentrar-se no aparelhamento de estruturas punitivas.

⁶ Os dados relativos a esta temática estão disponibilizados na publicação Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente. Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

Esta percepção a respeito do trabalho precoce, fez com que ele fosse entendido como um problema menor e não como um crime ou como uma violação aos direitos das crianças e dos adolescentes. Esta visão contribuiu fortemente para que milhões de crianças e adolescentes permanecessem inseridos em atividades de trabalho no país. Assim, a falta de ação do Brasil no combate ao trabalho infantil deve ser entendida, considerando a força da mentalidade que reconhecia o trabalho precoce como parte da natureza das coisas. Esta naturalização ocorreu para manter milhões de crianças e adolescentes ligados a atividades de trabalho.

A partir da década de 1980, a percepção vigente sobre o fenômeno do trabalho infantil começou a ser questionada no Brasil. Este fato ocorreu em consequência de vários fatores, como denúncias internacionais em que o Brasil foi reconhecido como um dos países com altos índices de desigualdade econômica e injustiça social, momento em que foram divulgadas situações de miséria das crianças trabalhando em canaviais, nos garimpos, a situação dos meninos de rua, no emprego informal urbano de crianças e a exploração sexual.

Em resposta a essa situação, surgiu em 1985 o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, além de várias instituições governamentais que passaram a discutir criticamente o assunto. Ocorreram, também, pressões de organismos internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF sobre o tema trabalho infantil, tudo isto levou a elaboração de um novo discurso por parte de alguns grupos e instituições no país. Esses fatores constituíram o início de um processo de disseminação de uma outra visão a respeito do fenômeno do trabalho infantil, contribuindo assim para a sua definição como uma questão em debate.

Participaram deste debate vários segmentos, como setores do Governo, segmentos do movimento sindical brasileiro, organizações não governamentais, organizações de empregadores e organismos internacionais. Neste processo, os sindicatos assumiram uma posição importante, ao incluir em sua agenda, a discussão do tema. Isto levou a importantes avanços, tais como a inclusão de cláusulas em sua pauta nas convenções e acordos coletivos que preconizavam restrições ao trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente. Em consequência, estabeleceram

uma ligação direta entre o trabalho infantil e o mundo do trabalho adulto, possibilitando a percepção de que o trabalho infantil representa a outra face do processo de exploração geral dos trabalhadores. E ainda percebendo os efeitos perversos da exploração infantil para o trabalho adulto, incorporaram a necessidade de defender os direitos das crianças trabalhadoras, segundo documentos do Ministério do Trabalho e Emprego (2004).

Neste período, a mídia introduziu o tema de maneira crítica, apesar de muitos meios de comunicação ainda se orientarem pela antiga visão do trabalho precoce. Além disso, vários pesquisadores passaram a dedicar espaço em suas pesquisas ao tema, o que levou a produção de uma literatura específica, consolidando uma reflexão teórica, crítica e histórica sobre o trabalho infantil no Brasil.

Na década que compreende os anos de 1992 a 2002, ocorreram intensas discussões no Brasil com idéias e conteúdos contrários ao trabalho infantil. Foram instituídos acordos envolvendo as mais diversas instâncias de relações interinstitucionais em torno da erradicação do trabalho infantil, tanto na esfera nível federal quanto estadual e municipal. Foram promulgados novos termos legais, ratificadas convenções internacionais, discutidas, desenhadas e implementadas novas políticas públicas, onde podemos citar a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Assim, nesses 10 anos, ganhou força uma nova visão a respeito do trabalho infantil, a partir de discussões e amplos processos de participação de importantes setores da sociedade organizada.

Entretanto, apesar desses avanços, observamos nos dias atuais que ainda persistem fortemente, os elementos do velho paradigma do trabalho infantil, em diferentes setores da sociedade brasileira, bem como em famílias de trabalhadores infantis, que muitas vezes continuam a enxergar o trabalho de seus filhos como uma forma saudável de ocupar o tempo livre, além de uma forma de prevenção de males como a marginalização. Esta visão, também, é compartilhada por empregadores, que muitas vezes entendem que estão fazendo um favor à criança, dando-lhe a oportunidade de aprender um ofício. Sendo assim, verificamos que apesar de,

quantitativamente, observarmos a redução do trabalho infantil no país, razões simbólicas contribuem para que sua existência continue viva na nossa cultura.

Verificamos que, mesmo depois dos esforços e alguns avanços e conquistas na luta pela erradicação do trabalho infantil no país, a representação que, por muito tempo, fez com que milhões de crianças e adolescentes permanecessem no trabalho precoce ainda permanece forte em muitos setores da população brasileira. Assim, para romper com este ciclo é fundamental o reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes e a ruptura com a idéia de que existem distintos grupos de infância, o das crianças que têm reconhecidos os seus direitos, que devem e merecem estudar e brincar, e o daqueles que devem trabalhar e para quem o brincar é considerado ociosidade.

3.1.

O Trabalho Infantil e a Reprodução Social da Família – Aspectos Culturais em Destaque

Diversos estudos já foram feitos, objetivando entender e descrever o motivo que leva as famílias a inserirem seus filhos, crianças e adolescentes no mercado de trabalho quando estas têm a opção de estudar. Na maioria das vezes, considera-se que os pais são altruístas em relação aos filhos, assim sendo a decisão de inseri-los no mercado de trabalho apenas se daria em um contexto em que a sobrevivência da família estivesse ameaçada. Desta forma, o trabalho infantil ocorreria entre famílias vulneráveis, quando os gastos com as necessidades mínimas de sobrevivência ocupam toda sua renda, e essas famílias se vêem obrigadas a permitir a inserção de suas crianças no mercado de trabalho. Portanto, a decisão de introduzir crianças no trabalho se daria em um contexto em que a sobrevivência da família estivesse ameaçada.

Entretanto, a partir da nossa pesquisa e da análise de estudos e documentos sobre a temática trabalho infantil, constatamos que outros fatores contribuem para o ingresso precoce de crianças no mercado de trabalho. Como principais determinantes para o trabalho infantil, além da pobreza, consideramos o nível de

escolaridade dos pais e principalmente o significado atribuído ao trabalho como um espaço de aprendizagem, guarda e como uma alternativa à exposição das crianças aos perigos da rua.

Assim, acreditamos que o trabalho infantil não pode ser entendido separadamente do contexto social, ideológico e cultural mais geral. A família, a escola e as instituições em geral, regulamentam a convivência e têm um papel fundamental na compreensão do trabalho precoce. Desta forma, é importante uma breve reflexão sobre as dimensões ideológicas e culturais que envolvem o fenômeno do trabalho infantil.

Durham (1984) afirma que os processos culturais incorporam uma dimensão política, mas não esgotam nela o seu significado; estão incorporados em sistemas simbólicos organizadores de uma prática política e legitimada de um sistema de dominação. A cultura firma sua existência no campo simbólico sem discriminar os aspectos relacionados ou não com a política, construindo-se como um processo global, a visão de mundo, de uma sociedade e de uma época.

A compreensão de cultura, como “o complexo de padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações artísticas e culturais, transmitidas coletivamente e típicas de uma sociedade” (Ferreira, 1989), e de ideologia, em referência aos sistemas de idéias que explicam e justificam determinadas relações sociais, legitimando as relações de poder delas decorrentes (Colbari, 1995), é fundamental para o entendimento do processo de construção da concepção do trabalho que está fortemente relacionada com a vivência social, a vida pessoal e privada no interior da família e da comunidade, atuando de maneira incisiva na formação da consciência social sobre a valorização do trabalho.

O processo de construção de uma ideologia positiva do trabalho envolveu vários segmentos. Alguns estudos (Colbari, 1995; Áries, 1973) afirmam que a valorização social do trabalho como finalidade de vida, com a participação de instituições sociais, em especial a família, contribuíram efetivamente para a criação de condições materiais e ideológicas sobre a força de trabalho, criando formas consensuais de adesão ao trabalho, pela interiorização de posições culturais e ideológicas.

Verificamos que, muitas vezes, a percepção do trabalho supera a questão de necessidade de sobrevivência do trabalhador e da família. O trabalho é visto como esforço e sacrifício, mas também é percebido como fonte de dignidade, sendo associado a questões secundárias como bom caráter, saúde, moral e honra. Assim sendo, o valor do trabalho vai muito além de recompensa material, é também fonte de afirmação e reconhecimento.

O simbolismo do trabalho tem uma ênfase na dimensão moral e ética. Este fato reforça a percepção da complexidade dos elementos subjetivos que motivam para o trabalho. A motivação para o trabalho tem influência da história familiar e das experiências vividas pelos membros da família, pois vários elementos contribuem para a motivação para o trabalho além da necessidade de sobrevivência.

Desta forma, a iniciação precoce de crianças no mundo do trabalho não ocorre apenas por razões econômicas e pela impossibilidade dos pais manterem a família sem a contribuição dos filhos, percebemos que também interferem neste processo determinantes sociais, ideológicos e culturais.

Além do valor positivo atribuído ao trabalho, o tempo livre da criança é visto com desconfiança, porque favorecem a situações que escapam ao controle e à influência da família. Assim sendo, o ingresso precoce da criança no trabalho pode significar uma forma de evitar as ameaças do tempo livre, o que investe o mundo do trabalho de uma qualidade disciplinadora que substitui ou complementa a atuação familiar na formação moral.

A percepção das pessoas quanto ao trabalho infantil faz com que uma necessidade seja reconhecida como virtude, facilitando a cumplicidade da criança, do adolescente, da família e do conjunto da sociedade com esta prática. Por estas razões, entendemos ser fundamental a compreensão das dimensões simbólicas e culturais no entendimento do trabalho infantil.

A sociedade é a estrutura maior em que ocorrem as representações e percepções das pessoas, é uma estrutura ampla onde se inserem a cultura, a linguagem e a

comunicação. As representações são produzidas por sujeitos que têm uma inscrição social, ou seja, pertencem a um grupo, têm uma profissão, ocupam um lugar na sociedade.

De acordo com a condição social do grupo envolvido, o trabalho infantil tem uma representação diferente. A percepção das pessoas quanto ao trabalho infantil é construída através da influência de uma ideologia de classe que, implicitamente, supõe a existência de interesses contraditórios. Este modelo está construído dentro de um contexto ideológico e histórico, segundo o qual a inserção social da criança e adolescente é considerada positiva, já que o trabalho representa um espaço de guarda; enquanto que para o grupo de crianças com melhores condições sócio-econômicas, o trabalho não é considerado positivo, pois o espaço de guarda considerado adequado é a escola.

Também, pode-se afirmar que a valorização do trabalho infantil é coerente com as necessidades materiais que uma família pobre possui. Desta forma, existe uma predisposição favorável ao trabalho infantil, em função deste objeto ser reconhecido como um valor disciplinador. Estas funções justificadoras ou legitimadoras do trabalho infantil permitem justificar posições assumidas concretamente e as representações construídas.

Esta percepção de que o trabalho infantil é benéfico para os pobres é compartilhada por vários segmentos sociais, independente de sua inclusão social ou faixa de renda. Apesar de várias pesquisas diagnosticarem que o trabalho infantil é negativo e pernicioso em vários aspectos, tanto as famílias pobres quanto outros segmentos optam por valorizar a questão como positiva e continuam reforçando esta prática.

Um outro elemento importante na análise do trabalho infantil é a naturalização do fenômeno pelos diversos segmentos envolvidos na questão, que vêem o trabalho precoce como algo natural e objetivo. Neste sentido, parece válido termos como uma hipótese que, para as crianças que trabalham, seus pais e empregadores, o núcleo da representação do trabalho infantil parece ser composto pelos elementos necessidade, responsabilidade, proteção e aprendizagem. Parece assim, que a

questão da exploração, perda da infância e prejuízo nos estudos não são valorizados pelos grupos envolvidos no trabalho infantil.

Provavelmente, as famílias considerem o fenômeno natural porque também trabalharam precocemente, e as semelhanças entre as percepções das famílias e dos empregadores de crianças e adolescentes, talvez possam ser atribuídas ao fato de que a maioria dos empregadores tem a mesma origem sócio-cultural das crianças que trabalham precocemente. Mesmo entre aqueles empregadores que tiveram algum sucesso comercial e estão estabelecidos em farmácias, armazéns e prestação de serviços, por exemplo, muitos são oriundos de famílias pobres, tendo iniciado a vida profissional também ainda crianças.

O trabalho desde cedo como aprendizado de vida está fortemente ligado à cultura, à tradição. Esta relação estreita entre trabalhar - aprender tem um forte apelo para as famílias. Isto faz com que o universo familiar se torne o eixo que estrutura a condição do menor trabalhador e a motivação para o trabalho. As idéias de honra, dever, responsabilidade e dedicação ao trabalho, presentes na cultura das famílias, constroem eixos e traduzem elementos que dão significado ao trabalho.

O padrão de organização familiar vigente na sociedade brasileira define-se como a matriz para a compreensão das formas de inserção de seus membros em atividades produtivas e nas dimensões privadas e públicas de sua existência social. A preparação para o trabalho e para o desempenho de papéis socialmente determinados corresponde aos componentes do processo de socialização no interior das famílias. Para as famílias pobres, o trabalho representa muito mais do que uma necessidade de sobrevivência material, significa como condição necessária para a autonomia moral, a afirmação positiva de si mesmo.

Sarti (2003) trata do universo do trabalho e da moral no mundo do trabalho, analisando o valor positivo do trabalho atribuído pelas pessoas que vivem em situação de pobreza, concluindo que através do exercício das atividades de trabalho, as pessoas pobres podem demonstrar, através de sua honestidade e disposição para vencer por seus atributos morais, que não são tão pobres. Isto ocorre, porque vencer não significa necessariamente ascender socialmente, mas se

afirmar pelo valor positivo do trabalho. Assim, o valor do dinheiro que é próprio da sociedade capitalista é relativizado pelo valor moral do trabalho, que se define dentro de uma lógica em que contam não apenas o cálculo econômico, mas o benefício moral. Assim sendo, o trabalho não teria valor apenas pelo seu rendimento financeiro, mas também pelo seu rendimento moral.

A disposição para o trabalho, que o torna dignificante, é considerada um aspecto extremamente positiva, que compensa as desigualdades sociais, construindo uma dimensão positiva para o trabalho a partir de uma auto-imagem legitimada de respeitabilidade do trabalhador. Desta forma, entendemos que o valor moral do trabalho, como o benefício que dele decorre, não visa apenas à lógica econômica do mercado. Observamos que, através da participação em atividades de trabalho, busca-se construir uma idéia de autonomia moral.

Para as famílias, o trabalho muitas vezes é concebido como parte complementar das atribuições segundo a lógica de obrigações das relações familiares. Assim, muitas vezes a entrada no mercado de trabalho dos membros da família obedece a um projeto familiar que envolve a provisão do sustento de todos, garantindo a reprodução material da família através de um esforço coletivo de seus membros, no qual todos se colocam disponíveis para o mercado de trabalho, demonstrando a inexistência da separação entre reprodução social e trabalho.

A associação do trabalho com a moral e a ordem, leva à valorização do trabalho dos filhos, representando parte do compromisso moral entre os membros da família, representando não apenas ajuda, mas também uma forma de retribuição aos pais. Assim, muitas vezes o adolescente ou a criança que trabalha entregam para a mãe os seus rendimentos para contribuir com os gastos da família. Isto ocorre, principalmente, em países como o Brasil em que a criança permanece durante muito tempo com a família, e a sociabilidade com a família é muito maior do que em países em que a criança permanece mais tempo na escola e menos em casa. Assim, aqui observamos muito mais a questão do trabalho como forma de ajudar à família, um compromisso moral como parte de um sistema relacional de ajuda e troca, aos pais cabendo o papel de dar casa e comida e aos filhos a retribuição através da ajuda com o trabalho.

Consuelo Quiroga (2002) afirma que para os jovens pobres, o pressuposto da presença do trabalho na formação de sua identidade guarda relação com suas próprias condições objetivas de existência e com o modo como a sociedade os vê e os avalia. Somado às condições objetivas de vida, estes jovens fazem com que o trabalho seja incorporado como uma referência de primeira ordem que não está vinculada apenas à sobrevivência material, mas às possibilidades de reconhecimento social e realização pessoal. Assim, o trabalho seria visto como forma de proporcionar uma identidade digna e positiva.

Observamos, também, que o trabalho dos filhos, muitas vezes, tem o sentido de proteção, sendo valorizado como alternativa contra os riscos da rua. Contudo, a rua muitas vezes refere-se a um espaço familiar, a vizinhança que, na grande maioria das vezes, influencia o início do ingresso no mercado de trabalho para as crianças. É um espaço reconhecido como um lugar de trabalho, principalmente para as crianças aprenderem a trabalhar, pois é considerado um local protegido, perto da família. Assim, a vizinhança é onde muitas vezes as crianças iniciam as atividades no mercado de trabalho, pois é onde se sabe quem e onde se precisa de serviços, tais como ajudante de pedreiro, cuidador de crianças menores e o prestador de serviços domésticos.

Desta forma, o trabalho das crianças, num primeiro momento, seria realizado em geral nos locais próximos à família. Percebemos que o trabalho infantil nas famílias pobres corresponde a um padrão cultural no qual as crianças são socializadas. Assim, o trabalho dos filhos, crianças e adolescentes, para a população pobre faz parte do próprio processo de socialização, em famílias em que dar, receber e retribuir constituem regras básicas de suas relações.

Reconhecendo o trabalho como elemento central de estruturação das famílias que estão inseridas nos segmentos da população que vive do trabalho, como Macedo (2002), entendemos que a organização da reprodução social dessas famílias envolve um processo que vai muito além de suas condições materiais de vida, compõe-se também de uma dimensão de natureza subjetiva, afirmando o seguinte:

“ Essa perspectiva metodológica na análise de reprodução dos indivíduos e das estruturas familiares exige que o processo seja abordado nessa dupla dimensão: uma representada pelas condições materiais de reprodução; e outra representada pelas condições culturais de reprodução que se referem ao modo de vida dos sujeitos estudados”.(Macedo,2002,73)

Essa valorização do trabalho infantil, no contexto das famílias pobres, contribui para a construção de alguns mitos que sintetizam as idéias expostas anteriormente e conseguem reforçar e transmitir uma certa positividade para a existência do trabalho precoce. Assim sendo, verificamos ser comum o discurso de que a criança precisa trabalhar para ajudar no sustento da família, quando, na verdade, quem precisaria de trabalhar para sustentar a família seriam os adultos e não as crianças. O trabalho que a criança realiza poderia ser ofertado a seus pais, que muitas vezes estão desempregados ou subempregados. Entretanto utilizar o trabalho da criança parece ser bem mais rentável para os empregadores. Provavelmente isto aconteça, entre outras razões, provavelmente porque a criança não tem noção de perigo, é mais obediente, tendo pouca autonomia e nenhum direito trabalhista ou sindical para defendê-la.

O trabalho infantil gera impacto sobre a saúde das crianças e no mercado de trabalho, o rebaixamento de salários. É muito comum o trabalho de crianças em atividades insalubres e perigosas, como o trabalho com lavouras contaminadas por agrotóxicos, utilizando-se de instrumentos perigosos, como foice, machado ou carregando peso excessivo, afetando o desenvolvimento e correndo riscos de se tornarem vítimas de acidentes e mutilações. Entretanto, o ciclo que se cria é que, quanto maior o número total de trabalhadores, maior a oferta e em decorrência disso, há queda dos salários. Assim, com a diminuição da renda, passa a existir a necessidade cada vez maior das famílias encaminharem os filhos adolescentes e crianças ao trabalho. Em curto prazo, alguns ganham com o trabalho infantil, mas a médio e longo prazo todos perdem: as crianças e suas famílias, a cidade e o país.

Em conseqüência, os pequenos ganhos financeiros que as crianças têm são conseguidos à custa de perdas em longo prazo incalculáveis, pois a pobreza que

leva ao trabalho infantil, gera também a ausência de educação, problemas de saúde e como resultado, observamos uma maior pobreza. É um círculo vicioso que afeta o desenvolvimento: da criança, da família, da cidade e do país, consequência esta já comprovado por estudos diversos, como os sistematizados pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. O trabalho infantil não é a solução para a pobreza e sim, um dos fatores que garantem a perpetuação da própria pobreza. Nessa lógica, consideramos que o trabalho infantil poderia ser visto como causa e não apenas consequência da pobreza.

Um outro mito sobre o trabalho infantil se refere ao discurso de que a criança que trabalha, está aprendendo um ofício. Contudo, na realidade, as crianças que trabalham não estão escolhendo uma profissão. São, na sua maioria, obrigadas a trabalhar em atividades que não são verdadeiramente um ofício, pois nenhum de nós pode realmente acreditar que uma criança vá construir uma carreira como catador de lixo, vendedor ambulante, trabalhador doméstico, engraxate ou carvoeiro. Observamos que muitas pessoas, principalmente aquelas de segmentos com melhores condições econômicas, fazem a defesa do trabalho infantil como se este representasse uma escola profissionalizante. Aqui, a idéia comumente difundida pela ética do trabalho, de disciplina e normatização tem um forte apelo ideológico, na medida em que propaga um sentimento de reabilitação pelo trabalho de forma educativa, com estímulos à escolaridade e à capacitação profissional para uma possível inserção no mercado de trabalho.

Verificamos que, em todos os países em que o trabalho infantil é observado, as crianças que trabalham são sempre as mais pobres, descendentes de escravos e índios ou filhos de migrantes. Para estas crianças, o trabalho a partir de uma lógica imediatista, pode ser considerado como bom, natural e necessário. Como já observamos anteriormente, o trabalho precoce é atravessado por uma questão de classe onde comparecem interesses contraditórios.

Um terceiro mito do trabalho precoce diz respeito à fala de que é melhor a criança trabalhar que estar nas ruas. Entretanto, mandar a criança para o trabalho a fim de que ela não corra os riscos da rua, significa tentar protegê-la de determinados perigos, expondo-a a outros. Desta forma, a questão central não seria escolher

entre mandar as crianças para o trabalho ou deixá-las sem nenhuma atividade na rua, e sim como evitar que cada vez mais crianças corram tantos riscos em todos esses ambientes sociais. Sabemos que o melhor seria a criança estudar e brincar, pois a brincadeira não é apenas um passatempo, é também essencial para o processo de desenvolvimento, promovendo processos de socialização e descobertas do mundo. Ao contrário do que alguns adultos pensam, o brincar e o momento da brincadeira são fundamentais na formação da criança.

A prática do trabalho precoce faz com que o trabalho seja internalizado pelas crianças e adolescentes como sendo fundamental, não opcional. Esta incorporação do trabalho como uma tarefa a ser cumprida faz com que muitas vezes o trabalhar e o brincar caminhem juntos. Assim, a relação entre trabalhar, brincar e aprender passa a ter um forte significado na vida das crianças. Leite (1995) afirma que para nós é difícil aceitar, mas, muitas vezes as crianças passam a gostar das tarefas que têm que executar, principalmente daquelas que fazem bem, visto que a questão do trabalho precoce aparece de forma recorrente na forma de educar das famílias pobres, visto desde cedo como aprendizado de vida, que está fortemente arraigado à cultura e a tradição das famílias pobres. Este reconhecimento da positividade do trabalho infantil foi constatado na pesquisa que realizamos com as famílias em situação de trabalho precoce, cujos resultados serão analisados no próximo capítulo.

É interessante destacar que Lima (2007) reforça os achados de nossa pesquisa, visto que ela entende que o trabalho infantil surge das estruturas desiguais e o discurso ideológico do trabalho infantil como recurso disciplinador não é uma percepção das famílias pobres, mas uma construção social, em que às crianças se impõe como saída, o trabalho ou a internação para o trabalho. Desta forma, afirma que é a sociedade que atribui o trabalho da criança à cultura da família. Esta visão põe ênfase na representação do trabalho infantil pelas famílias pobres como construção social tecida na própria sociedade desigual.

De fato, diversos estudos apontam que as condições objetivas de vida das famílias se constituem no principal fator desencadeador do trabalho precoce. No entanto, mesmo reconhecendo a importância desta dimensão objetiva na determinação

deste tipo de trabalho visto como meio para a complementação do orçamento familiar, o trabalho infantil deve ser interpretado também pela sua dimensão subjetiva, haja visto que este não representa apenas a luta pela sobrevivência, mas sua prática se nutre da concepção de que esta atividade laborativa é benéfica para os filhos, mesmo crianças e adolescentes.

Entretanto, reconhecemos que os encaminhamentos de adolescentes ao trabalho nas políticas para a infância pobre tem sido sistematicamente aplicados na história presente no Brasil, como uma alternativa para se pensar a formação profissional de crianças e adolescentes pobres. Isto tem justificado o fomento de experiências com crianças e adolescentes, como iniciantes nos mais variados tipos de atividades laborativas ao longo dos anos em que passou o país desde o início da industrialização.

No contexto da proclamação da República, quando se sinalizava o fim do Império com mudanças sociais, as crianças eram vistas como uma esperança. A infância foi descoberta, mas desde o princípio, já se inscrevia na realidade brasileira, a dicotomia entre crianças da elite e crianças pobres, reservando-se para as primeiras a escola, um investimento nos futuros herdeiros, e para as segundas o trabalho, a preparação para os futuros trabalhadores.

Borges (1998) afirma que se percebe um interesse específico de disciplinamento desde a infância através de uma internalização da ética do trabalho como forma de controle e manutenção da ordem social. Assim, com o discurso econômico pretendia-se a retirada das crianças das ruas e dos perigos que elas poderiam trazer para a formação dos futuros trabalhadores brasileiros, sendo a mão-de-obra qualificada o caminho apontado.

Através dos tempos, as propostas de atendimento à criança e ao adolescente tiveram alterações. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, por exemplo, representou mudanças importantes frente às legislações anteriores, passando a considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direito e instituindo a idade mínima para o trabalho. Mas, ainda no momento atual, observamos que o fator pobreza continua sendo considerado um determinante para o atendimento a

crianças e adolescentes em ações que visam à reabilitação pelo trabalho, servindo de orientação para que o estímulo à capacitação profissional para uma possível inserção no mercado de trabalho seja uma constante.

As ações formuladas para o atendimento às famílias pobres continuam se norteando pela formação para o trabalho. Assim, acreditamos que uma questão muito importante a ser considerada, é o fato de que ainda não conseguimos nos libertar da idéia escravista de que existem dois tipos de infância: a das crianças que devem e merecem estudar e brincar e a daquelas crianças que devem trabalhar e para quem o brincar é considerado ociosidade. Estas considerações quanto ao trabalho infantil são fundamentais, pois nos levam ao debate deste problema e faz com que possamos ter uma aproximação com a realidade social e o campo a ser pesquisado com um olhar crítico e diferenciado.